



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA**  
**ESCOLHA DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2005**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS consiste numa PROVA OBJETIVA, contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta além de uma FOLHA DE RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA, consistente numa dissertação, cujo tema será sorteado momentos antes do início da prova;
2. Na prova subjetiva utilize no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas;
3. Não é permitida qualquer espécie de consulta;
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as);
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE DISSERTAÇÃO e do CARTÃO DE RESPOSTAS, os quais serão entregues quando o candidato solicitar, ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

**NÚMERO DE  
INSCRIÇÃO**

**NOME**

---

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01** – Sanduíche-íche Ltda., pessoa jurídica de direito privado, pretendendo descobrir se “o seu nome está negativado” no banco de dados da SERASA (Serviço de Restrição ao Crédito), protocola pedido direto extrajudicial nos citados termos dirigido à este, sendo porém indeferido de plano. Resta à Sanduíche-íche Ltda.:

- a) Impetrar mandado injuntivo;
- b) Impetrar mandado de segurança;
- c) Impetrar *habeas-data*;
- d) Não é admissível o uso de remédios constitucionais no caso em tela por operarem restrições quanto a natureza jurídica do demandado para figurar no pólo passivo da relação processual;
- e) Não é admissível o uso de remédios constitucionais no caso em tela, restando unicamente a propositura de ação ordinária com pedido de liminar.

**02** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Compete ao Ministério Público Federal a defesa judicial dos direitos e interesses da população indígena.
- b) Compete ao STJ processar e julgar a representação interventiva proposta pelo Procurador-Geral da República no caso de recusa à execução de lei federal.
- c) Lei estadual não pode autorizar a advocacia privada à defensores públicos.
- d) São princípios da ordem econômica: a soberania nacional, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a busca do pleno emprego, dentre outros.
- e) Aplica-se ao Ministério Público, respeitadas suas peculiaridades, o regime da magistratura quanto ao ingresso na carreira, promoções, fixação de subsídios, motivação das decisões administrativas, aposentadoria e demais matérias seguidas no artigo 93 da Constituição Federal.

**03** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- b) Integram o Ministério Público da União: o Ministério Público do Trabalho, O Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além do Ministério Público Federal.
- c) Ao membro do Ministério Público são vedadas as seguintes atividades, dentre outras: exercer a advocacia; participar de sociedade comercial na forma da lei e exercer atividade político-partidária.
- d) Por força da Emenda Constitucional nº 45/2004, foram mantidos os Tribunais de Alçada já existentes na data de sua promulgação, ficando vedada apenas a criação de novos tribunais dessa espécie.
- e) Ao Membro do Ministério Público são garantidos: a vitaliciedade após 2 anos de exercício; inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

**04** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Leis municipais estão excluídas do controle concentrado de constitucionalidade em face da Constituição Federal.

- b) Concedida liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, a legislação anterior revogada pela norma suspensa volta a vigor, salvo decisão em contrário do STF.
- c) O Governador do Distrito Federal não está legitimado à propositura de Ação Direta de Constitucionalidade perante o STF questionando validade de norma distrital baseada em competência estadual.
- d) O Procurador-Geral da República não está isento de demonstração do requisito de pertinência temática para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- e) O controle difuso é exercido no caso concreto por todos os juízes e tribunais, à exceção do STF.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**05** - Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Poder vinculado é aquele derivado de delegação de autoridade administrativa hierarquicamente superior, e se vincula às ordens desta autoridade.
- b) O poder regulamentar é aquele atribuído aos chefes de poder para a interpretação de lei no âmbito de suas competências e pode ser delegado por Decreto.
- c) O poder discricionário é aquele que o direito concede à administração para a prática de atos administrativos com liberalidade de escolha quanto a conveniência, oportunidade e conteúdo.
- d) Poder hierárquico é aquele que dá ao Executivo a possibilidade de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, mas não poderá rever a atuação dos agentes que ocupam este órgão, que somente poderão ser modificados por ordem judicial.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**06** - O contrato administrativo:

- a) somente pode ser realizado com prévio processo de licitação.
- b) não poderá possuir cláusulas exorbitantes que concedam vantagem à administração como uma das partes cuja licitude inexistente nos contratos eminentemente privados.
- c) poderá ser realizado sem prévio processo de licitação.
- d) somente poderá ser rescindido ou alterado se tal previsão existir em cláusula específica.
- e) é em tudo idêntico ao contrato privado.

**07** - Com relação aos atos da administração, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todo ato administrativo exige motivação, sob pena de invalidade, podendo esta ser declarada pela autoridade hierárquica superior.
- b) A auto-executoriedade, atributo inerente aos atos administrativos, só não está presente quando vedada expressamente em lei.
- c) Um decreto que produza efeitos gerais somente pode ser editado em caráter regulamentar.
- d) A anulação de ato administrativo, por mais evidente que seja o vício, quando afeta direito de terceiro, deve ser precedida de contraditório.
- e) Atos administrativos ilegais estão sujeitos à convalidação quando não acarretarem lesão ao

interesse público nem prejuízo a terceiros, ainda quando inexistente o motivo do ato.

**08** - Com relação ao regime jurídico dos servidores estatutários, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A reversão é forma de provimento de cargo público proscria em face da exigência de concurso público.
- b) O servidor em estágio probatório não pode exercer cargo de provimento em comissão.
- c) O julgamento, pelo TCU, de ilegalidade de concessão de aposentadoria não implica, por si só, a obrigatoriedade da reposição das importâncias recebidas de boa-fé.
- d) O pagamento das indenizações ao erário pelo servidor em razão de danos provocados à administração pública pode ser parcelado, a pedido do interessado, em qualquer hipótese.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

### **DIREITO PENAL**

**09** – Sobre o crime e sua teoria, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) De acordo com a tipicidade conglobante – Zaffaroni, penalista argentino – o que está proibido em uma norma pode estar proibido por outra, em razão da valoração jurídico-penal do fato.
- b) Para o finalismo, que tem em Welzel um dos principais expoentes, o fato típico é sempre antijurídico.
- c) A teoria da imputação objetiva determina que o sujeito só responde penalmente se criou ou incrementou um risco proibido relevante, independentemente do resultado derivar diretamente do risco criado.
- d) A criação de riscos permitidos, para a teoria da imputação objetiva, consiste em uma atenuante genérica.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**10** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O membro do Ministério Público que ajuíza denúncia, redundando esta posteriormente em sentença absolutória responderá sempre por denúncia caluniosa;
- b) O crime de concussão é crime formal, consumando-se com a efetiva entrega da vantagem indevida;
- c) Não configura crime de contrabando ou descaminho a saída de veículo para o exterior;
- d) É possível a participação de particular no delito de corrupção passiva;
- e) Prática coação no curso do processo advogado que, durante o depoimento de testemunha perante a Justiça do Trabalho, adverte o depoente acerca da possibilidade de futura imputação de falso testemunho.

**11** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Constatando que a vantagem ilícita em prejuízo alheio foi obtida por quem não era funcionário público e em troca de regularizar ligação de água por empresa estatal, impõe-se a desclassificação do crime de peculato para estelionato.

- b) Sendo crime próprio, é inadmissível, no peculato, concurso de agentes entre integrantes e não integrantes do quadro da administração.
- c) No furto mediante fraude visa-se fazer com que a vítima incida em erro, entregando espontaneamente o objeto ao agente.
- d) Não configura o crime de estelionato o pagamento feito com cheque oriundo de conta corrente encerrada.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**12** – José Mamut, que não é funcionário público, solicitou a Tício, interessado no licenciamento de um projeto de carcinicultura, a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a pretexto de usar de sua ascendência junto a determinado técnico de uma autarquia ambiental estadual, a fim de que seu projeto fosse liberado de qualquer forma e de maneira urgente. Neste caso, José Mamut cometeu crime de:

- a) Tráfico de influência;
- b) Corrupção ativa;
- c) Exploração de prestígio;
- d) Advocacia administrativa;
- e) Exercício funcional ilegalmente antecipado.

**13** - Com relação à aplicação da lei penal, é **CORRETO** afirmar que:

- a) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se a fatos anteriores ainda não decididos por sentença.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, preservando-se, no entanto, os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, perde a sua eficácia, mesmo com relação aos fatos praticados durante a sua vigência.
- d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade de governador de Estado brasileiro.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**14** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Compete ao STF conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que em *habeas corpus* requerido ao tribunal superior indefere a liminar.
- b) Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade, mas executável a pena de multa.
- c) No mandado de segurança em matéria criminal impetrado pelo MP contra decisão judicial, não é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.
- d) A renúncia do réu do direito de apelação manifestada sem a assistência do defensor impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- e) No Processo Penal contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado e não da intimação.

**15** – Sobre ação Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A denúncia deve conter a exposição do fato criminoso com todas as circunstâncias e, em se tratando de

modalidade culposa, é imprescindível narrar a modalidade da culpa (negligência, imperícia ou imprudência).

- b) Na denúncia se faz necessário a indicação das circunstâncias agravantes, a exemplo da que agrava a pena quando o crime é cometido contra pessoa idosa de 60 anos.
- c) Na ação penal pública condicionada, se a vítima perdoa um dos réus pode o Ministério Público prosseguir com a ação penal em relação aos demais co-réus.
- d) É admissível ao Ministério Público recusar-se à propositura de transação penal.
- e) Em se tratando de réu preso, se o querelante não oferecer queixa no prazo de 5 dias, opera-se a decadência.

**16 – A Representação Fiscal para fins penais, relativa aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da lei 8.137/90, será encaminhada ao Ministério Público após proferida decisão final na esfera administrativa sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente. Acerca dos aspectos penais e processuais penais da referida lei e seus reflexos no âmbito do Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) À exemplo de outras ações, a manifestação do órgão fazendário acerca da existência ou não de crédito devido caracteriza-se por se constituir uma condição específica de procedibilidade para propositura da ação penal;
- b) O instituto jurídico da delação premiada, em razão de não estar previsto especificamente na lei 8.137/90, não pode ser aplicado por analogia, consistindo, portanto, a confissão reveladora do esquema criminoso, nesses casos, em atenuante genérica da parte geral do código penal pátrio;
- c) Em face do risco de se operar-se a prescrição, é admissível propositura de denúncia, mesmo quando reconhecida a existência do crédito tributário pendente de recurso administrativo, uma vez que o Ministério Público não está condicionado à valoração jurídico-penal do órgão fazendário, preservando-se, destarte, a *opinio delicti*;
- d) Nos crimes tributários, o STF entende que denúncia proposta enquanto não esgotada a via administrativa padece de justa causa para a ação penal, sustentando a suspensão do prazo prescricional enquanto não resolvida a matéria no âmbito fazendário;
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**17 - Acerca da aplicação da lei processual no tempo e no espaço, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Todo crime ocorrido no Brasil é processado no Brasil, não se admitindo exceção em razão da impossibilidade de se mitigar a soberania estatal.
- b) Vigora o princípio da territorialidade, não sendo admissível as hipóteses de aplicação em sede de jurisdição não brasileira.
- c) Segundo o STF, lei que modifica a competência, alterando o juiz natural, tem aplicação imediata desde sua a vigência, salvo se data de publicação já houver julgamento em 1ª instância.
- d) Lei genuinamente processual é regida pelo princípio do *tempus regit actum*, produzindo os seguintes efeitos: validade dos atos processuais realizados sob o império

da legislação anterior e regulação do desenrolar do processo respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

- e) Nas leis processuais que produzem reflexos penais (leis de conteúdo misto), para fins de aplicação no tempo, não se admite separação entre um conteúdo e outro (penal de processual penal).

**18 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É ilícita a prova obtida mediante prisão ilegal do indiciado, sem flagrante nem ordem judicial, e em razão dela (da prisão).
- b) Vindo os autos do inquérito policial relatados ao membro do Ministério Público após exaurimento das diligências possíveis, verificando este ser o apuratório alicerçado unicamente em prova ilícita, o órgão ministerial deve, à vista disso, promover o arquivamento.
- c) A prova emprestada, especialmente no processo penal condenatório tem valor precário quando produzida sem observância do princípio do contraditório.
- d) Pode-se dizer que no presente estágio do Processo Penal Brasileiro foi abolida definitivamente a condução coercitiva do réu para fins de interrogatório.
- e) O laudo pericial assinado por dois peritos - em conformidade com o artigo 159 do CPP - no qual somente uma das assinaturas está identificada padece de nulidade insanável.

**19 - Assinale a alternativa CORRETA.**

- a) O Ministério Público não pode desistir do recurso de apelação que interpôs.
- b) Interposto o recurso de apelação pelo réu, o Ministério Público só pode oferecer suas razões após o juízo de retratação.
- c) Cabe recurso de apelação da decisão que conclui pela competência do juízo.
- d) O recurso de apelação somente pode ser interposto por termo ou petição.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

#### **DIREITO CIVIL**

**20 – Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Os defeitos do negócio jurídico afetam o plano de validade dos mesmos.
- b) O erro ataca a essência do negócio jurídico, podendo atingir a natureza do negócio, o objeto e a pessoa que o celebra.
- c) No estado de perigo o agente, diante de uma situação de perigo conhecida pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d) Configurada a lesão nos termos do artigo 157 do Novo Código Civil, é irrelevante, para fins de anulação do negócio, eventual complementação do preço suportada pela parte favorecida.
- e) A remissão de dívidas pode revelar-se indício de fraude contra credores, em se considerando o devedor insolvente.

**21** – Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A teoria adotada no direito brasileiro para explicar a natureza jurídica das pessoas jurídicas, segundo posição majoritária da doutrina, foi a da realidade técnica.
- b) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, no caso de uma sociedade, tem seu início com o registro do contrato social na junta comercial, não havendo registro, a sociedade passa a ser considerada como irregular ou de fato.
- c) Compete ao Ministério Público velar pelas fundações; caso as atividades desta se estendam por mais de um estado, a responsabilidade de velar será do Ministério Público Federal.
- d) A *disregard doctrine* (desconsideração da pessoa jurídica) foi admitida expressamente pelo Novo Código Civil.
- e) Os partidos políticos e as associações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado, observando-se que aqueles serão organizados e funcionarão de acordo com lei específica.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**22** - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O Ministério Público, quando fiscal da lei, fica impedido de recorrer adesivamente.
- b) O cumprimento voluntário de liminar deferida configura prática de ato incompatível com a vontade de recorrer. O mesmo raciocínio se aplica ao cumprimento espontâneo de sentença ainda insuscetível de execução forçada.
- c) Instruído exaustivamente o processo de 1º grau, entende o juiz a final que se está diante de caso de extinção do processo em virtude de ter-se operado o abandono de causa por parte do autor. Em apelação dirigida ao Tribunal, o recorrente opõe-se à declaração de abandono de causa e não tece argumentos acerca do mérito. Neste caso, por força da interpretação do artigo 513, § 3º do Código de Processo Civil, fica o Tribunal impedido de julgar o mérito da causa, devendo, tão somente, apontar o *error in procedendo*, anulando a sentença e restituindo os autos ao juízo *a quo* para novo julgamento.
- d) Segundo o novo regime do agravo, a regra é a interposição de agravo retido, sendo excepcional o conhecimento e julgamento do agravo de instrumento.
- e) No regime dos Juizados Especiais Cíveis a interposição de embargos interrompe o prazo para a interposição de outro recurso por quaisquer das partes.

**23** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É efeito material da citação válida tornar litigiosa a coisa. Uma vez litigiosa a coisa disputada no processo, se torna inalienável.
- b) São exceções à obrigatoriedade de postulação via advogado, dentre outras: ações abaixo da alçada mínima nos Juizados Especiais Federais; postulação perante o juiz do trabalho por parte do empregado e no caso de ausência de advogado na comarca em que se deva dar a postulação.

- c) É dever das partes cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais de natureza antecipatórias ou final.
- d) Suspende-se o processo quando a sentença de mérito depender essencialmente de retorno de carta precatória instrutória expedida a outro juízo.
- e) extingue-se o processo sem julgamento de mérito quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

**24** – Sobre a atuação do Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) É vedado ao Ministério Público a defesa judicial dos interesses do poder público, mas lhe é lícito a defesa do interesse (social), a exemplo da atuação em ações fiscais quando emite parecer em defesa do erário.
- b) O Ministério Público, pode atuar na defesa dos interesses transindividuais – difusos ou coletivos, sendo obrigatório que neste os titulares do direito coletivo devem estar ligados por uma relação fática comum.
- c) O Código de Defesa do Consumidor permite a tutela coletiva dos interesses individuais homogêneos pelo Ministério Público, caracterizados estes por titulares determináveis e determinados, ligados por uma situação fática e indivisível.
- d) Na Lei de Ação Civil Pública, a legitimação do Ministério Público na defesa dos interesses transindividuais funda-se, segundo entendimento pacífico, em uma legitimação autônoma.
- e) Admite-se a formação de litisconsórcio entre o Ministério Público Federal e o Estadual na Justiça Federal, observando-se que os atos processuais benéficos de um aproveitarão ao outro, e cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, devendo todos serem intimados dos respectivos atos.

**25** – Sobre a atuação/intervenção do Ministério Público no Processo Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Ao atuar como *custos legis*, tem a prerrogativa de se manifestar depois das partes.
- b) Se o Ministério Público atuou como *custos legis* e a parte não recorrer por considerar a sentença favorável, não tem o *parquet* legitimidade para propositura do recurso.
- c) Nas ações de desapropriação para fins de reforma agrária, a intervenção do Ministério Público é obrigatória.
- d) Nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- e) O Ministério Público, ao atuar como interveniente, tem o prazo em dobro para recorrer.

**26** - Assinale a Alternativa **CORRETA**:

- a) Em Mandado de Segurança, a competência se define pelos critérios material, hierárquico, funcional e pelo valor da causa.

- b) No sistema da ACP é vedado ao Magistrado a fixação de astreintes como forma de garantir execução específica.
- c) É vedado ao MP transacionar em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) acerca da questão de mérito que motiva o Inquérito Civil Público (ICP), uma vez que em TAC apenas se negociam prazos e condições.
- d) Nos Juizados Especiais Federais (JEF) as partes poderão designar por escrito representantes para a causa, escolha que deve recair, obrigatoriamente, em advogado.
- e) Nos JEFs é impossível deduzir ação relativa a imóveis da União, mas permite-se a discussão quando a titularidade do domínio for de autarquia federal.

### **DIREITOS DIFUSOS**

**27 - Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Somente pode ser classificado como ato de improbidade administrativa, a ação ou omissão dolosa que enseje perda patrimonial da União, Estados e Municípios, bem como de suas entidades autárquicas ou fundacionais.
- b) Constitui ato de improbidade administrativa a ação do agente que permite que pessoa jurídica privada utilize bens do Estado, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa do agente, o retardamento, indevido, de ato de ofício.
- d) A suspensão de direitos políticos é penalidade cominada a todas as formas de improbidade administrativa.
- e) Tanto a autoridade administrativa como a judicial, poderão determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução do processo.

**28 - Analise as seguintes afirmações, indicando, em seguida, a alternativa adequada.**

- I É reconhecida a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, devendo ser coibidos e reprimidos todos os abusos praticados, inclusive a concorrência desleal e a utilização indevida de inventos e criações industriais, das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores.
- II À viabilização da Política Nacional de Relações de Consumo são previstos, como instrumentos, dentre outros, a criação de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, assim como a criação de Juizados Especiais para a solução dos conflitos de consumo.
- III Como direitos básicos do consumidor, dentre outros, está previsto o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.
- IV A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, não se traduz em

direito do consumidor, face a observância da autonomia da vontade e do princípio de que os contratos devem ser cumpridos, como pactuados.

- a) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão incorretas.
- c) As afirmativas I e IV estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) As afirmativas III e IV estão incorretas.

**29 - Sobre o Inquérito Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Dentre os legitimados para a ação civil pública, o inquérito civil é atribuição exclusiva do Ministério Público.
- b) Os autos do inquérito civil arquivados serão remetidos, sob pena de falta grave, no prazo de 3 dias, ao órgão competente para a homologação.
- c) Admite-se a interceptação telefônica para fins de instrução de inquérito civil.
- d) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá a eficácia de título executivo extrajudicial.
- e) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

**30 - Em termos de responsabilidade civil, o causador de um dano ambiental, que além de atingir a coletividade, vem a causar prejuízo a uma pessoa individualmente, responde:**

- a) de forma objetiva, cabendo à vítima demonstrar apenas o nexo causal entre o fato e o dano, bem como o seu montante.
- b) De forma objetiva pelo dano causado, desde que haja sentença julgando procedente a ação civil pública, com trânsito em julgado.
- c) De forma subjetiva, cabendo à vítima demonstrar a culpa do causador do dano.
- d) De forma subjetiva, cabendo à vítima apenas demonstrar o nexo causal entre o fato e o dano, bem como o seu montante.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

# RASCUNHO



**Processo Seletivo de Estagiários PR/SE – 2005 – DISSERTAÇÃO**  
**ARACAJU-SE, 17 DE ABRIL DE 2005**

1

5

10

15

20

25

30